



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas, de requerimentos e de respostas a alguns outros.

O Sr. Presidente congratulou-se com o resultado do referendo na África do Sul e homenageou a memória de Manuel Ferreira, no que foi secundado pelos Srs. Deputados António Maria Pereira (PSD), Mário Tomé (Indep.), Octávio Teixeira (PCP), Raul Castro (Indep.), Adriano Moreira (CDS), Manuel Alegre (PS), Manuel Sérgio (PSN), Isabel Castro (Os Verdes), Narana Coissoró (CDS) e Urbano Tavares Rodrigues (PCP).

A Câmara guardou, então, um minuto de silêncio pela morte de Manuel Ferreira.

O Sr. Deputado André Martins (Os Verdes) referiu-se ao Dia Mundial da Árvore e da Floresta, que tem lugar a 21 de Março.

O Sr. Deputado Macário Correia (PSD) também lembrou à Câmara o Dia Mundial da Árvore e da Floresta e apresentou um projecto de resolução sobre reciclagem de papel e uso de papel reciclado na Assembleia da República.

A Sr.^a Deputada Celeste Correia (PS) abordou a necessidade de o Governo implementar uma política integrada de imigração, nomeadamente da comunidade cabo-verdiana, e respondeu depois a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha (PSD).

Ordem do dia. — Procedeu-se à discussão, na generalidade, dos projectos de deliberação n.^{os} 9/VI (PS) e 21/VI (PSD), sobre a elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e criação de uma comissão eventual com o objectivo de estudar as respectivas condições. Produziram intervenções os Srs. Deputados Fernando Sousa (PS), Pacheco Pereira (PSD), João Amaral (PCP) e Manuel Queiró (CDS).

Os projectos de resolução n.^{os} 9/VI — Criação de uma comissão eventual da reforma parlamentar (PS) e 10/VI — Constituição de uma comissão eventual para a reforma do Parlamento (PSD) foram apreciados, na generalidade, tendo intervindo os Srs. Deputados Alberto Martins (PS), Fernando Amaral e João Amaral (PCP) e Manuel Queiró (CDS).

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão eram 19 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Mota Veiga.
António Maria Pereira.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreira da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cipriano Rodrigues Martins.
Delmar Ramiro Palas.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Francisco Fernandes Martins.
Guido Orlando Rodrigues.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João de Oliveira Martins.

João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José António Peixoto Lima.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Simões Marques.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Belcza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Pereira Moreira.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carneiro.
Vitor Manuel Igreja Raposo.
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernandes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manuel Avelino.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Crisóstomo Teixeira.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingues Azevedo.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Costa Candal.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Gomes Ká.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gamcio dos Santos.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Celeste Silva Correia.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.

Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Machado Ávila.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Martins Peixoto.
 Luís Manuel Viana de Sá.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 João Paulo Morais Gomes.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes (Indep.):

Mário Baptista Tomé.
 Raul de Morais e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 111/VI — Criação da freguesia de Bufarda no concelho de Peniche (PS), e 112/VI — Criação da freguesia da Boavista no concelho de Alcobaça (PS), que baixaram à 6.ª Comissão, e projecto de resolução n.º 11/VI — Sobre reciclagem de papel e uso de papel reciclado na Assembleia da República (PSD).

Nas últimas reuniões plenárias, foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Sérgio e Jerónimo de Sousa; ao Ministério da Agricultura, formulados pelos Srs. Deputados Fialho Anastácio e Apolónia Teixeira; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Gamcio dos Santos e Ema Paulista; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs. Deputados Marques da Costa e Carlos Almeida Figueiredo; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Depu-

tado Macário Correia; ao Ministério da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados João Poças Santos, Macário Correia e António Vairinhos; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados António Filipe, Ana Maria Bettencourt e António Vairinhos.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Macário Correia, na sessão de 11 de Outubro; Mário Albuquerque, na sessão de 13 de Novembro; José Apolinário e Abílio Silva, na sessão de 9 de Janeiro; Carlos Luís, na sessão de 30 de Janeiro; José Magalhães, na sessão de 31 de Janeiro; Crisóstomo Teixeira, na sessão de 2 de Fevereiro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de entrarmos propriamente no assunto agendado para o período de antes da ordem do dia e uma vez que esta sessão tem lugar após o referendo ocorrido na África do Sul, gostaria de deixar registado, perante a Câmara, o regozijo que sinto pelo facto de as teses da multirracialidade, da fraternidade de raças, terem triunfado — e de que maneira! — na África Austral. Isto é não só relevante do ponto de vista dos valores humanistas, que todos perflhamos nesta Câmara, como é também relevante, e muito, do ponto de vista do destino do futuro de povos nossos irmãos, que são os Angolanos e os Moçambicanos.

Para além de tudo isso, acresce ainda que temos nesse país, que, na sua história, fez uma opção decisiva no caminho do entendimento entre raças, temos aí, dizia, um núcleo muito importante de portugueses.

Não podia, pois, face a estes dados, deixar de registar, perante a Câmara, este meu sentimento profundo.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, também, entre a nossa última reunião e a de hoje, temos a lamentar a perda de um intelectual notável, Manuel Ferreira.

Como todos sabemos — e esta questão prende-se com a anterior —, trata-se de uma personalidade que deixou o seu nome ligado à prospecção e investigação das relações entre a literatura portuguesa e as literaturas africanas de expressão portuguesa.

O Prof. Manuel Ferreira foi um campeão da lusitanidade, através da pesquisa das literaturas africanas, nomeadamente da literatura de Cabo Verde. Aliás, ele próprio, como muitos conhecerão, escreveu um livro, que reputo belíssimo e que serve para eu terminar a minha alusão a este insigne português desaparecido: ele escreveu aquilo que agora é para ele a sua definitiva *Hora di bai*.

Srs. Deputados, peço, pois, à Câmara, um minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

O Sr. António Maria Pereira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para dizer algumas palavras sobre o que se passou recentemente na África do Sul.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Maria Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A espectacular vitória do «sim» no referendo da África do Sul é um acontecimento histórico de primeira grandeza; não só para este país mas também para toda a África Austral, para o Mundo em geral e, ainda, para a importante comunidade portuguesa que aí vive.

Este acontecimento traduz-se numa nova e decisiva vitória dos grandes ideais da democracia e dos direitos humanos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O princípio fundamental, contemplado no artigo 2.º desta Declaração, segundo o qual é inadmissível discriminar homens ou mulheres em função da sua raça, como apregoam as teorias racistas, foi definitivamente afastado na África do Sul, onde teimosamente persistia.

A partir de agora, o corajoso Presidente Frederik de Klerk, adquirindo uma nova e reforçada legitimidade, tem o caminho aberto para prosseguir as reformas iniciadas, erradicando de vez o *apartheid* e permitindo que a África do Sul se transforme num grande país democrático, respeitado e admirado no concerto internacional.

A grande «subversão democrática», iniciada com a Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, continuada na Grécia e na Espanha, depois na América do Sul, na América Central e também na Ásia, reforçada com a queda do muro de Berlim e a democratização dos países do Leste e da União Soviética, chegou, finalmente, em tempos recentes, à África Austral.

Nesta região do Mundo, os países africanos de expressão portuguesa e a Namíbia deram o exemplo ao iniciarem o processo de substituição de regimes totalitários de partido único por democracias, através de eleições livres.

Faltava apenas consagrar a democracia na África do Sul, onde 16,5% da população branca continuava a impor as suas leis à grande maioria negra. Esta inadmissível discriminação racial, que conduziu, na realidade, à discriminação internacional da África do Sul e é responsável por dezenas de milhares de mortos, vai enfim terminar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Graças ao resultado do referendo de 17 de Março, a África do Sul, com as suas imensas possibilidades, vivendo em democracia, assente no princípio do «one man one vote», respeitando os direitos do homem será, sem dúvida, tal como Angola, após as eleições fixadas para Setembro próximo, uma grande e respeitada potência regional.

O PSD felicita o Presidente Frederik De Klerk pelo resultado do referendo de ontem e emite um voto de congratulação por esse histórico acontecimento.

Aplausos do PSD e do PSN.

O Sr. Presidente: — Para uma curta intervenção, no mesmo sentido, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É também para, em meu nome pessoal e em nome da UDP, me congratular pela estrondosa vitória do «sim» à democracia e à paz na África do Sul e do «não» ao *apartheid*.

Esta espantosa vitória veio dar razão a todos aqueles que desde sempre lutaram pelo isolamento do governo racista sul-africano e a todos aqueles que sempre souberam entender no ANC uma força que lutava abnegadamente, desde há dezenas de anos, pela democracia, pelo progresso e pela liberdade do povo sul-africano.

Esta espantosa vitória também veio mostrar como Nelson Mandela, esse grande homem deste século, depois de 27 anos de prisão, saiu imaculado, capaz de continuar a compreender a luta do seu povo e de assumir, uma vez mais, a sua vanguarda, que nunca tinha perdido, assim como veio mostrar como as políticas oportunistas ou as que

não têm em conta a vontade dos povos, que, infelizmente, ficaram bem expressas no nosso país — e refiro-me concretamente à Região Autónoma da Madeira, cujo Presidente, Alberto João Jardim, recebeu os dois Botha, quando devia ter contribuído para o isolamento do Governo da África do Sul — não servem. Afinal, quem devia ter ficado isolado era ele, mas não ficou porque tem de ter em conta os interesses dos madeirenses na África do Sul e já está a cantar e a celebrar — e ainda bem! — esta grande vitória da democracia na África do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Congratulamo-nos com o que se passou, mas devemos ficar vigilantes, porque não vai ser fácil o trajecto do povo sul-africano para a liberdade. Muitas ingerências vão existir e muitas tentativas de boicotar esta caminhada difícil mas magnífica vão surgir. E não me refiro apenas às forças racistas ultramontanas da África do Sul mas àqueles que jogam com a felicidade dos povos para tirarem daí dividendos e lucros.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Da mesma forma como comecei, vou concluir congratulando-me pela grande vitória do «não» ao *apartheid* e do «sim» à democracia.

Todos nós esperamos, com certeza, ver dentro em breve uma constituinte, umas eleições «cada pessoa um voto», como todos desejamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O resultado do referendo realizado na África do Sul entre os cidadãos brancos é uma clara derrota das forças mais reacçãoárias e racistas que, na África do Sul ou fora dela, defendem o regime do *apartheid*.

Importa neste momento realçar que essa derrota é, acima de tudo, um resultado da luta do povo negro da África do Sul contra o *apartheid*, luta em que o ANC tem tido papel primeiro, insubstituível e determinante.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O PCP sempre esteve e continua a estar ao lado do povo sul-africano e do ANC na sua luta pelo fim do *apartheid*, pela liberdade e pela instauração do regime de democracia na República da África do Sul.

Por isso nos regozijamos com o resultado do referendo e encaramo-lo como altamente positivo. Mas para nós é necessário que esta derrota dos defensores do *apartheid* possa significar um avanço na efectiva eliminação desse regime execrável em que a maioria esmagadora do povo não tem efectivos e plenos direitos de cidadania.

O resultado do referendo deve significar, na prática, o prosseguimento, a aceleração das negociações da Conferência para uma África do Sul Democrática (CODESA), tendo em vista a tão breve quanto possível criação de um governo provisório e de uma assembleia constituinte representativa de todos os cidadãos sul-africanos e a instalação de uma democracia na República da África do Sul, em que todos os seus cidadãos o sejam de pleno direito em todas as esferas da vida nacional e em que a

regra fundamental da vida política seja a de «um homem um voto».

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo associar-me e subscrever as palavras que V. Ex.^a teve ocasião de pronunciar quer relativamente ao resultado do referendo quer quanto à morte recente do escritor Manuel Ferreira.

Efectivamente, trata-se de dois acontecimentos, infelizmente, de sinal contrário, mas que têm toda a actualidade para aqui merecerem a necessária invocação.

O resultado do referendo quer nas suas consequências internas quer externas, em especial para a própria África, representa um passo muito importante no caminho para a igualdade dos cidadãos, para a democratização da África do Sul e de outros países.

Relativamente ao escritor Manuel Ferreira, todos aqueles que tiveram a ocasião de acompanhar o seu percurso, a sua luta pela divulgação da literatura dos antigos países africanos de expressão portuguesa, têm hoje um momento de tristeza ao verificar que um homem que, mesmo antes do 25 de Abril e em condições difíceis durante o fascismo, sempre foi um lutador pela divulgação da literatura ultramarina, em especial da de Cabo Verde, no nosso país.

Por isso, Sr. Presidente, congratulando-me com o resultado do referendo, o qual, para nós, ID, que desde sempre lutámos contra o racismo, representa um passo importante, e assinalando com uma cruz negra o desaparecimento dessa grande personalidade, o escritor que foi Manuel Ferreira, subscrevemos as palavras e a aprovação unânime que tiveram nesta Câmara.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos esperamos que este referendo na África do Sul represente uma passo fundamental na história da eliminação dos mitos raciais como pontos de referência da vida política, cultural e religiosa.

No momento em que este acontecimento se verifica, não gostaria de deixar de lembrar que a implantação desses mitos raciais não diz apenas respeito à África, em geral, e à África do Sul, em particular, mas também em relação à Europa, onde o seu peso não desapareceu. O mito do negro, o mito do mestiço, o mito do judeu, o mito ariano são obstáculos graves à vida regular das sociedades civis.

Justamente a importância destes factos que a UNESCO tem posto em evidência leva-me a prestar, simultaneamente, homenagem ao Presidente De Klerk e a Mandela.

Ao Presidente De Klerk, porque não pode ignorar-se que pertence à igreja holandesa reformada, que ensina que os negros são os danados e os condenados de que fala a Bíblia. Este homem conseguiu ultrapassar este condicionamento cultural e inaugurar o processo que teve ontem este resultado tão auspicioso.

O outro, Mandela, é um homem que está a dar um exemplo extraordinário: passou uma grande parte da sua vida na cadeia, em resultado do sistema que vigorava no

seu país, e retomou a vida pública, ultrapassando qualquer ressentimento para pôr em evidência apenas a necessidade de congruar a sociedade mista a que pertence.

Já tive ocasião, aquando da sua libertação, de sugerir que o comportamento era exemplar e que mereceria uma alta recompensa, se conseguisse levar ao resultado da paz civil no seu território.

Lembro-me da imagem da África do Sul nos anos 60 quando a visitei. O seu retrato estava num romance famoso de Payton, *Cry beloved country, cry*.

Espero que com o resultado desta votação, finalmente, tenham dado realidade ao mito que animava a esperança daquelas terras, encontrar o *blue bird*, o pássaro azul, que indicava, no horizonte, o ponto da esperança e que tenham ajudado a consolidar um valor que é português: o de que não são as raças que têm a vocação da eternidade mas as culturas.

Espero que, daqui, possamos partir, na comunidade internacional, para a abolição das sanções e para substituir a essa condenação e reprovação generalizadas a atitude geral da cooperação, para bem da paz naquele território, da cooperação em toda a África e para que consigamos, finalmente, ter governos responsáveis nesse continente, que é hoje o mais ajudado e o mais perdido do Mundo.

(O orador reviu.)

Aplausos do CDS, do PSD, do PS e do PSN.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra, em nome do Partido Socialista, para me associar às palavras referidas por V. Ex.^a, em primeiro lugar, sobre a morte do escritor Manuel Ferreira, de quem fui amigo pessoal como presidente da Associação Portuguesa de Escritores, e, sobretudo, como foi dito, um pioneiro no estudo das literaturas de expressão africana. Foi um homem que contribuiu muito para um melhor conhecimento recíproco e pelas relações de grande fraternidade que existem entre a literatura portuguesa e as literaturas africanas de expressão oficial portuguesa.

Sempre condenámos o *apartheid* como um regime anti-humano e como um verdadeiro crime contra a humanidade e sempre fomos solidários das forças que, seguindo o alto e nobilíssimo exemplo de Nelson Mandela, se opuseram a esse odioso regime de opressão e de discriminação racial.

Por isso nos congratulamos com o resultado do referendo que constitui uma estrondosa derrota da extrema-direita racista e vem dar uma nova força moral e política ao processo reformador do Presidente De Klerk. É um resultado que traduz, para além do pragmatismo, uma mudança cultural e uma verdadeira revolução de mentalidade de grande parte da comunidade branca.

Em nosso entender, a evolução da situação na África do Sul deve-se à conjugação de três factores: à resistência interna *anti-apartheid*, ao heroísmo, à coerência, ao sacrifício de toda uma vida de Nelson Mandela, à pressão da comunidade internacional e à coragem e lucidez do Presidente De Klerk.

A acção destes dois homens tem vindo a fazer compreender à comunidade branca e à comunidade negra que não há outra via para um futuro de tranquilidade e de convivência pacífica na África do Sul. Os resultados do

referendo representam um saldo qualitativo no prosseguimento das reformas, tendo em vista a continuação das negociações no âmbito da CODESA para uma nova Constituição, para as eleições e para a construção de uma sociedade multirracial e multipartidária.

É uma gigantesca tarefa, tanto mais que é necessário fazer frente à violência política dos elementos radicais, ao crime comum, ao desemprego e à recessão económica. Mas o *apartheid* recebeu um golpe decisivo. O nosso dever de portugueses é o de apoiar por todos os meios os esforços do Presidente De Klerk e de Nelson Mandela e de exercer uma acção pedagógica, de esclarecimento, junto da comunidade portuguesa, levando-a a compreender que só o fim do *apartheid* e o triunfo das reformas democráticas permitirão criar um futuro de paz e de estabilidade, também para eles, na África do Sul.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a espectacular vitória do «sim» na África do Sul, um golpe irreversível foi desferido nesse crime hediondo que dá pelo nome de *apartheid*. Não só Nelson Mandela e o Presidente De Klerk estão de parabéns, mas a humanidade em geral. Tanto os brancos como os negros cantam, gritam, choram, amam. Tornamo-nos abjectos quando tratamos os outros como objectos. Triunfou o homem no que ele tem de mais autêntico e duradouro.

Com a morte de Manuel Ferreira pode invocar-se alguém que, pela arte e pela cultura, salientou estes valores de igualdade entre os homens, sem os quais impossível se torna viver humanamente. A vida e a morte estão na mesma linha quando as anima iguais ideais.

O Sr. Presidente: — Para uma última intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta foi a última vez em que só brancos votaram na África do Sul. O resultado do referendo é uma demonstração clara da evolução de vontade de mudança por parte de uma minoria da população daquele país que compreendeu que não é mais possível viver em regime de *apartheid*.

O resultado do referendo marca certamente um processo ainda lento e incompleto de libertação da pessoa humana. É um resultado que reflecte também a prolongada luta da maioria negra da África do Sul, dos movimentos *anti-apartheid* e da solidariedade que em todo o mundo, durante décadas, se gerou.

Os Verdes manifestam a esperança de que os resultados do referendo tenham uma influência positiva no processo de paz em toda a região da África Austral. A democracia, os direitos humanos, o respeito pelo princípio «um homem, um voto» serão, certamente, uma realidade na África do Sul, apesar das ameaças que ainda pairam.

A humanidade vai libertar-se da vergonha do *apartheid* e a África do Sul será uma sociedade não racial em que brancos e negros coexistam fraterna e harmoniosamente num futuro comum!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Narana Coissoró pediu ainda a palavra para, num minuto, fazer uma alusão a Manuel Ferreira.

Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas pretendo dizer duas palavras sobre Manuel Ferreira, que foi hoje a enterrar.

Conheci-o em Goa, quando eu era aluno de liceu e ele, pela primeira vez, aí se deslocou em serviço militar. Tive a oportunidade de conhecer o jovem intelectual e o seu grande interesse pelo povo de Goa e também de outras partes do ultramar. Mas a faceta que eu mais queria destacar aqui é relativa ao contributo que ele deu através da minha escola para o estudo da literatura africana e dos aspectos sociológicos de Cabo Verde.

Foi, efectivamente, nos Altos Estudos Ultramarinos, no antigo Instituto Superior de Ciências Sociais e de Política Ultramarina, que Manuel Ferreira teve o seu primeiro curso superior. E foi ali, no Centro de Estudos Políticos e Sociais, de que era director o Prof. Adriano Moreira, que Manuel Ferreira publicou o seu primeiro ensaio de investigação sociológica.

Foi encarregado pelo Prof. Adriano Moreira de organizar os colóquios de Cabo Verde integrados nos colóquios das províncias ultramarinas. Manuel Ferreira organizou um conjunto de conferências sobre vários aspectos de Cabo Verde que hoje estão publicados exactamente com o título *Colóquios sobre Cabo Verde*.

Entretanto, publicou o seu livro *Hora di bai*, a que se seguiram outras obras de literatura e, finalmente, os seus trabalhos de literatura comparada sobre o crioulo das ilhas do Atlântico, não apenas em Cabo Verde mas também nas ilhas ex-francesas e ex-inglesas das Caraíbas para a simbiose da negritude com a europeidade ou a sua influência nesta vasta área que vai desde Cabo Verde até às costas da América Central no Atlântico Sul.

Manuel Ferreira foi um grande investigador da cultura negro-africana e é, ele próprio, um dos eminentes escritores desta literatura, desta sensibilidade e certamente que a sua vida e a sua obra são o testemunho da verdadeira multirraciedade que nós aqui celebramos também com a vitória do referendo democrático na África do Sul.

(O orador reviu.)

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, que será a última, sobre o escritor e investigador Manuel Ferreira, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues.

O Sr. Miguel Urbano Rodrigues (PCP): — Sr. Presidente, no processo molecular de transformação da vida, a cultura desempenha sempre um papel fundamental. Neste vaivém de avanços e recuos, a humanidade não avança sem a cultura e é por isso que, em nome do meu partido, queria associar-me às homenagens prestadas a Manuel Ferreira, de quem tive a satisfação de ser amigo, pelo papel que desempenhou como produtor de cultura.

Apesar da extraordinária importância que Cabo Verde — e refiro-me especificamente a Cabo Verde — teve na história de Portugal e na da África moderna, a história de Cabo Verde e, particularmente, a história da literatura cabo-verdiana avançaram mais nos últimos 30 anos do que durante séculos e Manuel Ferreira desempenhou, como

grande investigador e escritor, um papel determinante tanto na divulgação da história e da cultura desse pequeno país como da sua literatura.

Nesse sentido, estas homenagens são totalmente justas.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS e do Deputado independente Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão alunos das Escolas Secundárias de Alvide, de Cantanhede, de Rafael Bordalo Pinheiro e de Filipa de Vilhena do Porto, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Lello pediu a palavra para que efeito?

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, a questão que vou levantar não tem a relevância das que até agora foram abordadas, mas, apesar de muito simples, não quero deixar de abordá-la.

Este Parlamento, não raras vezes, tem vindo a ser caracterizado como paternalista, apesar de por vezes serem abordados aspectos matriarcais, designadamente o Dia da Mulher.

Como hoje é um dia muito especial — o Dia do Pai —, seria interessante que esta Assembleia saudasse todos os pais de Portugal.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa registou a sua lembrança, mas lamento, em todo o caso, que os aplausos não tenham sido só das mãos das muitas mulheres que deveriam estar aqui. Os homens também bateram palmas... enfim!... Perdoe-se-lhes a vaidade!...

Risos.

Ninguém deve honrar-se em causa própria!...

Srs. Deputados, passamos ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, mas, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado André Martins, gostaria de informar a Câmara de que hoje toma posse o membro do Governo que faz a ligação oficial entre a Assembleia da República e o Governo, pelo que a Mesa suspenderá os trabalhos pelas 16 horas.

Com haverá em seguida, no Salão Nobre, a cerimónia de atribuição dos dois prémios criados para premiar trabalhos sobre Timor, retomaremos os trabalhos pelas 17 horas e 45 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao longo da história da vida do Homem na Terra, facilmente identificamos os indícios e os efeitos de uma acção permanente do Homem sobre a sua envolvente biofísica. Mas se, ao longo de milénios, esta interacção «natural» se traduziu em benefícios incommensuráveis, que sustentaram a evolução do próprio Homem e o desenvolvimento das sociedades, tendo como

base de referência conhecimento e meios disponíveis, reconhecidos como susceptíveis de propiciarem mais e melhores condições e qualidade de vida, somos obrigados a reconhecer hoje que nessa sua luta pela sobrevivência e bem-estar o Homem perdeu a noção dos limites para além dos quais a sua intervenção sobre o meio envolvente conduz à autodestruição.

De facto, a par da continuada e crescente agressão poluidora que a actividade das sociedades modernas provoca sobre o meio ambiente, o Homem persiste em desenvolver acções que destroem os recursos naturais renováveis e não renováveis, mas também em promover a sua exploração exaustiva, impedindo irremediavelmente a capacidade auto-regeneradora de um ecossistema que sustentou durante milénios a sua vida e o seu desenvolvimento e de cujo equilíbrio depende a continuidade da sua existência.

É a partir desta evidência que todos reconhecemos, mas pela qual nem todos parecem dispostos a assumir a responsabilidade que lhes cabe no encontrar das soluções mais eficazes e adequadas para evitar que as gerações vindouras nos acusem de lhes deixarmos como herança um futuro hipotecado, que trazemos hoje à Assembleia da República um dos problemas mais graves que afectam o nosso futuro comum e que tem particular incidência no nosso país: a situação da floresta.

E como acto simbólico e alusivo ao Dia da Árvore, que se comemora no próximo sábado, e para que a Assembleia da República não fique alheada desta data, também simbólica mas nem por isso menos importante, o Grupo Parlamentar de Os Verdes decidiu oferecer a cada grupo parlamentar uma árvore, que pretende significar a necessidade de um maior esforço e empenhamento redobrado dos Deputados na defesa e promoção da nossa floresta.

Neste momento, são distribuídos a cada grupo parlamentar pequenos exemplares de azinheiras e zambujeiros.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De entre os recursos renováveis, a floresta assume inquestionável importância, tanto pela quantidade e valor económico dos bens que pode produzir como pela qualidade dos serviços que presta, tais como o fornecimento de matérias-primas, a promoção de actividades de recreio e a manutenção do equilíbrio ecológico.

Em nosso entender, qualquer destas funções não pode ser subvalorizada, sob pena de se incorrer em desequilíbrios que, a médio e a longo prazo, se traduzem em desvantagens de difícil recuperação, como aquelas a que já hoje assistimos no nosso país e que se perspectiva venham a ser agravadas.

Em Portugal, de acordo com o Inventário Florestal Nacional, a área florestal passou de 1,9 milhões de hectares no início deste século para 3,1 milhões em 1985, verificando-se um aumento constante das áreas de espécies resinosas e dos montados de sobre e azinho até 1956, data em que começou a reduzir o montado, particularmente o azinho, ao mesmo tempo que se inicia o aumento substancial da plantação de eucaliptos. De 1956 a 1985 a área eucaliptada passou de 58 000 ha para 405 000 ha. Em 1991, numa área global de florestação idêntica de 1985, a área plantada de eucaliptos atinge já os 600 000 ha, o que significa um decréscimo de cerca de 200 000 ha das espécies já referidas.

Estes dados demonstram que o esforço da expansão florestal foi orientado para a produção industrial ou para

a exportação de matérias em bruto. A expansão da plantação de eucaliptos feita de forma anárquica e desordenada foi primeiro justificada com a panaceia para a salvação da agricultura portuguesa e numa segunda fase com uma necessidade para garantir o funcionamento e rentabilidade das fábricas e da indústria de celulose, entretanto implantadas no nosso país. Um outro argumento alusivo era a importância do seu peso no equilíbrio da balança comercial.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Pretendemos hoje deixar aqui alguns dados disponíveis e recentes do que está a ser e das perspectivas de evolução futura dos efeitos da opção fortemente incentivada pelo governo do PSD no que se refere à política florestal.

Assim e de acordo com dados da Direcção-Geral das Florestas, a exportação de produtos oriundos da floresta portuguesa «rendeu menos 15 milhões de contos» no período de Janeiro a Setembro de 1991, quando comparada com a do período homólogo de 1990. Para este decréscimo contribuiu a queda internacional dos preços da pasta de celulose, já que em 1991 se exportaram 849 000 t e em 1990 apenas 801 000 t.

Para agravar esta situação, que a Direcção-Geral de Florestas prevê se venha a acentuar no ano corrente, tomámos conhecimento de que o interesse do mercado mundial das celulosas se desloca para países da África e América Latina, ao mesmo tempo que as indústrias em Portugal revelam prejuízos da ordem dos 17 milhões de contos em 1991, podendo vir a atingir os 30 milhões em 1992.

A par desta situação, não podemos esquecer os prejuízos que a plantação indiscriminada de eucaliptos já teve em Portugal, tanto para o ambiente como para a estabilidade do mundo rural. Se a indústria de celulose é das mais poluentes e tem contribuído para a degradação da qualidade do ar, dos solos e dos recursos hídricos, a plantação de eucaliptos veio provocar a erosão dos solos, o despovoamento e a desertificação de vastas regiões do País, e, como último benefício e resultante em grande parte da conjugação destes factores, vemo-nos obrigados a suportar os custos dos fogos florestais, que, de ano para ano, são cada vez mais elevados.

Segundo os dados da Direcção-Geral das Florestas, em 1989, arderam em Portugal 104 000 ha, em 1990 a área ardida subiu para 129 800 ha e até 13 de Outubro de 1991 foram destruídos pelo fogo 161 815 ha, dos quais 116 000 ha eram área de povoamento florestal. Nos últimos 10 anos (1980-1990), apesar das promessas, dos inquéritos, das comissões e dos investimentos que têm sido feitos, mais em combate do que em prevenção, registaram-se em Portugal 90 000 incêndios, provocando um total de área ardida de cerca de 900 000 ha, dos quais mais de 500 000 ha em área de povoamento florestal.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O desempenho simultâneo pela floresta das funções que atrás referimos é possível e desejável. No entanto, para que tal não passe de um conjunto de lugares comuns importa, em nosso entender, ter em conta o seguinte: a floresta, independentemente do regime jurídico de propriedade, tem de ser encarada como um bem de utilidade pública de nível nacional, do ponto de vista da sua instalação, expansão e conservação, o que implica estar sujeita a regras que ultrapassem interesses particulares, individuais ou não, incluindo os interesses da Confederação dos Agricultores Portugueses. Compete ao Estado a definição destas regras, as quais terão de ser encontradas num espaço onde

devem estar presentes as resultantes naturais da diversidade de bens e serviços que há capacidade de produzir, por forma a ajustar a diversidade de interesses no âmbito de um pleno conceito de uso múltiplo.

Dito isto e tendo em conta a situação da floresta portuguesa, terminamos com um conjunto de questões que estamos em crer muitos milhares de portugueses gostariam de ver respondidas.

Srs. Deputados do PSD, com a actual situação de crise em que se encontra a indústria de celulose e com o desviar do centro dos seus interesses para os países da África e da América, onde a produtividade e rentabilidade da cultura do eucalipto é comparativamente muito mais elevada que em Portugal, o que é que vai acontecer aos milhares de proprietários portugueses que nos últimos anos foram incentivados pelos governos do PSD a abandonar a agricultura e a investir na cultura do eucalipto?

Face à situação de calamidade pública que têm sido os incêndios florestais e que aumentaram significativamente por força de alterações no mundo rural, provocadas pela expansão do eucalipto, considerando o custo anual do combate a incêndios, aliás sem grande eficácia, e tendo em conta as verbas gastas em incentivos à plantação de eucaliptos, não teria sido mais vantajoso para o desenvolvimento do País investir na floresta de uso múltiplo?

A propósito de incêndios, face à actual seca, que diminui a disponibilidade de água e aumenta significativamente a quantidade de material combustível, será que o Governo já tomou as medidas necessárias para a prevenção de incêndios, que no mês de Março já começam a ocupar os bombeiros e a pôr em risco a segurança de bens e pessoas?

São estas as questões que deixamos à consideração dos Srs. Deputados para reflexão durante o fim-de-semana em que se comemora o Dia da Árvore e da Floresta e para as quais aguardamos resposta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está interrompida a sessão, que recomeçará às 17 horas e 45 minutos.

Eram 16 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já aqui foi dito, comemora-se no próximo sábado, mais uma vez, o Dia Mundial da Árvore e o Dia da Floresta. Nós, no PSD, temos um sentido prático e directo de assinalar os acontecimentos, não com palavras, mas com actos. É nesse sentido que aqui venho apresentar um projecto de resolução acerca da reciclagem de papel e do uso de papel reciclado na Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Diariamente, pela acção directa da Assembleia da República, são ceifadas irremediavelmente dezenas de árvores. Os Deputados e todos os serviços

parlamentares consomem, em cada dia, largas dezenas de quilos de papel, o qual muitas vezes é usado apenas por escassos instantes e imediatamente enche os recipientes mais próximos de cada utente.

Desconhecemos se todo este volume de papel usado é recolhido e vendido aos circuitos de reciclagem ou se cai na rede municipal de recolha de resíduos sólidos, o que leva a destinos completamente diferentes, dos pontos de vista ecológico e económico.

Por outro lado, a aquisição de papel para escrita, impressão e fotocópia, ao que nos parece, é feita pelo modo tradicional, ainda preponderante no mercado.

No entanto, como os bons exemplos têm de partir de cima, dos mais responsáveis e dos mais sensibilizados, não poderá a Assembleia da República pedir aos cidadãos e às empresas outros comportamentos enquanto não der ela própria o exemplo. Quando o boletim informativo distribuído no Plenário for feito em papel reciclado, tal como muitos outros documentos que no dia a dia circulam pelo Parlamento, estarão lançados bons e duradouros exemplos que o povo não esquecerá. Ainda que na contabilidade do dia a dia não se poupe muito dinheiro, poupare-se a prazo, porque as árvores ficam de pé. São muitas as árvores que ficarão de pé e que os nossos filhos agradecerão.

Este Parlamento, que acabou pioneiramente com as manifestações públicas de dependência de nicotina e de alcátrão nas sessões plenárias e em algumas comissões — e deveria ser em todas ...

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

... que teve esse gesto pioneiro, inovador e a bem da saúde de todos, não deixará também de continuar a dar outros bons exemplos, como o que agora trago à vossa consideração.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e do Estatuto dos Deputados, propomos (um grupo de Deputados do PSD) que a Assembleia da República resolva o seguinte:

1 — Recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de papel reciclado, a par do actualmente utilizado, para utilização pelos Deputados e serviços da Assembleia da República.

2 — Recomendar ao Conselho de Administração a adopção progressiva do papel reciclado na Assembleia da República e desde já no boletim informativo e nos boletins bibliográficos.

3 — Recomendar ao Conselho de Administração a adopção de medidas que visem otimizar a recolha de papel usado no Palácio de São Bento com vista à sua reciclagem.

É esta a forma prática e directa que o Parlamento deve ter para comemorar o Dia da Árvore e o Dia da Floresta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Celeste Correia.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos finais dos anos 60, devido à crise de mão-de-obra resultante da ocupação dos jovens na guerra colonial e à emigração portuguesa para outros países europeus, Portugal assistiu ao maior afluxo de imigrantes alguma vez visto no seu seio — nós, os cabo-verdianos. Lisboa pintalvou-se de negro e descobriu «os outros», com

espanto, alguma repulsa, muita indiferença, mas também muita solidariedade.

O cabo-verdiano ganhou a construção civil, as minas, a limpeza das ruas, ou seja, espaços similares ao que o emigrante português conquistara em França e noutras paragens. Tal como este, sentiu-se só e tentou reagrupar a sua família, o que conseguiu alguns anos depois da sua chegada.

20 anos depois, qual a situação desta comunidade? Muitos, tendo chegado como portugueses, a história decretou-os estrangeiros e cidadãos nacionais de novos Estados independentes, não tendo sido esclarecidos ou não tendo tido a percepção da necessidade de regularizarem esse seu novo estatuto. Não progrediram, em geral, na escala do trabalho (se eram pedreiros, pedreiros continuaram), não se valorizando profissional e socialmente. Vivem nos bairros de construção clandestina da Damaia, Fontainhas, Pedreira dos Húngaros, etc., esse cordão negro que abraça Lisboa, Amadora, Almada e Setúbal e alastra para Sines e Algarve, bairros que construíram ao longo dos anos, com o seu sobre-esforço dos fins-de-semana, organizando o espaço e o *habitat* à luz da arquitectura rural tradicional das suas ilhas. Os seus filhos, nascidos aqui, apesar dos enormes esforços e importância que o referencial da educação tem no seu imaginário, acabam por reproduzir, ainda que com melhorias pouco significativas, a situação económico-social dos pais.

Chegados aos dias de hoje, qual a situação desta produtiva e numerosa comunidade? Atingiu importantes quantitativos, sem que em Portugal se tivesse definido uma política de imigração, permanecendo em número considerável numa situação de residência ilegal e perante mecanismos burocráticos complexos e morosos.

Continuam a nascer e a viver nos mesmos bairros, sem alternativa, bairros que lhes impõem a marca da exclusão devido à carga que a sociedade envolvente lhes associa, como centros de marginalidade e delinquência, acentuando o fenómeno da «guetização».

Continuam ainda a não progredir na escala do trabalho e os seus filhos apresentam elevadas taxas de insucesso escolar, contribuindo, em número elevado, para as taxas de abandono do sistema educativo no final dos primeiros anos de escolaridade. Sendo raros os que chegam ao final do ensino secundário, não podem ser, por agora, identificados como fazendo parte da massa constitutiva da contestação ao regime de acesso ao ensino superior e à PGA, mas apresentando-se, antes, como uma importante população jovem, sem alternativas, que poucos sucessos tem conhecido e para quem se perfila no horizonte, tão-somente, a insatisfação, o insucesso e a revolta.

Esta situação exige a coragem e a determinação política de encetar uma política integrada de imigração ou, antes, de iniciar e dar os primeiros passos fundamentais de uma política visando a integração social das comunidades imigrantes que expurgue ameaças à coesão social e suavize as tensões étnicas e raciais, tanto mais importantes quanto assistimos à emergência de novos fenómenos racistas e xenófobos contrários ao universalismo humanista e ao sentido da liberdade, da solidariedade e da democracia do povo português.

Esta é a coragem e a determinação do PS, esta é a sua postura. A iniciativa do Partido Socialista, com a apresentação dos três primeiros projectos de lei desta legislatura, obteve resposta consensual de todas as bancadas.

O Governo, contudo, perante tal disposição e face à possibilidade e à viabilidade de surgimento de uma lei largamente consensual e transparente para a opinião pública, vem agora solicitar para a sua iniciativa a legalização da legalização excepcional, transportando esta importante questão de interesse nacional para o silêncio dos seus gabinetes.

A política integrada de imigração de que já falámos não se esgota, contudo, nestes primeiros diplomas fundamentais e abrange outras áreas, como seja a do apoio estatal ao associativismo representativo destas comunidades, designadamente o juvenil, ao seu desenvolvimento cultural e desportivo, à formação profissional e, naturalmente, à educação, que não podemos deixar de destacar.

Resolvido o problema dos «sem papéis», dos que permanecem sem autorização legal de residência, ter-se-á contribuído para quebrar o ciclo de uma «segunda geração de clandestinos», que tomam consciência dessa sua situação, pela primeira vez, no momento da sua escolarização, o qual fica marcado como o seu primeiro embate com a sociedade portuguesa.

As crianças filhas de emigrantes oriundos dos PALOP, antes da sua escolarização, crescem nos bairros, no meio da lama e do lixo vazados à porta de casa, tal como a sua esperança. São crianças com uma cor de pele diferente, entregues a si mesmas durante o dia, com uma língua materna própria que utilizam como símbolo de identidade com o seu grupo de pertença e que raramente beneficiam do acolhimento e apoio de estabelecimentos de educação pré-escolar apetrechados com os recursos humanos adequados, ou seja, com educadores com formação que lhes possibilitem abordar de forma correcta a problemática do bilinguismo inerente a estas populações de risco, bem como a da sua cultura.

O encontro com a sociedade portuguesa feito a partir da sua escolarização é um encontro desigual e, em geral, condenado ao fracasso, porque a escola portuguesa lhe proporciona e reforça os valores e modelos da sociedade de acolhimento, subestimando os que são próprios da sua comunidade. E porque a família, a casa e o bairro lhe oferecem, diariamente, o conhecimento indirecto e não elaborado das suas raízes culturais, a criança vive genericamente numa situação de ambiguidade cultural, com uma vida e uma consciência divididas e, muitas vezes, em conflito. Ao sobrevalorizar a cultura de acolhimento face à cultura de raiz das minorias, a escola torna-se geradora de factores de bloqueio que resultam num elevado índice de insucesso escolar, absentismo, abandono escolar e subsequente marginalização social de grande parte das populações oriundas das minorias.

Aos professores que trabalham com essas crianças não são dadas informações, nem formação sobre a cultura e características da língua das mesmas, nem ainda meios para construir práticas pedagógicas diferenciadas e adequadas às necessidades e características desses alunos.

O muro do silêncio envergonhado vai crescendo. Cresce também o desespero dos professores e a desmobilização afectiva das nossas crianças face à escola. Instalam-se agressividades cada vez menos controladas, com as consequências nefastas já sobrejamente consabidas, inclusive para a sociedade portuguesa.

É urgente que a escola, sem prejuízo da sua direcção pedagógica, faça um esforço para se abrir às famílias e instituições representativas das minorias, admitindo que estas sejam os informadores das suas especificidades culturais junto das crianças e dos professores.

Por outro lado, é necessário que o Ministério da Educação e o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (este, aliás, com amplas competências) entendam esta mesma urgência, sejam mais actuautes, apoiando directamente escolas, professores, alunos e pais que enfrentam estas problemáticas, e sejam mais capazes de dialogar com as associações representativas das minorias étnicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é o momento crucial, urge vontade política para construirmos a mudança e a esperança.

Como dirigente da Associação Cabo-Verdiana, temos o compromisso de, nesta Câmara, dar voz a alguns dos anseios profundos da comunidade a que estamos ligados. Aqui honramos esse compromisso.

Não poderia terminar sem dizer da mágoa com que todos os que amam Cabo Verde, bem como todos os que amam as literaturas de língua portuguesa, receberam a notícia da morte de Manuel Ferreira. Nascida em São Vicente, não podia deixar de homenagear o cidadão honorário da minha ilha, esse filho adoptivo de Cabo Verde que foi Manuel Ferreira.

Como dizemos em crioulo, a minha língua materna, homens como ele nunca *Kâ tâ morri* — em português, «não morrem, nunca»!

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha.

O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Celeste Correia, saúdo a intervenção que fez, segundo me parece, pela primeira vez neste Parlamento. De facto, a questão que aqui foi colocada e para a qual chamou a atenção respecta a uma situação que deve preocupar toda a sociedade e todos nós.

Apesar deste meu voto de saudação, pareceu-me, todavia, entender na sua intervenção algum pessimismo que me parece excessivo. Por isso, as questões que muito concretamente lhe quero colocar têm a ver com algumas das críticas que dirigiu, pelo que percebi, não só a este governo, mas também em relação ao que vem acontecendo desde 1974 na área da política de imigração.

Gostaria de saber, em primeiro lugar, se a perspectiva que neste momento se coloca em particular quanto à legalização de cabo-verdianos em Portugal é ou não melhor do que a anterior, que se traduzia numa situação completamente inexistente.

Pergunto-lhe, em segundo lugar, se entende ou não ter sido positiva a implementação dos programas de escolas multiculturais, cuja efectivação, como sabe, está no princípio, mas que também partiram de uma iniciativa do Governo.

Termino dizendo que é com grande satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD vê estas questões serem tratadas nesta Assembleia, só desejando que o sejam com mais frequência.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Celeste Correia.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha, é evidente que a perspectiva da legalização que se adivinha constitui uma situação diferente da que tem existido até agora. Preocupa-

nos que, havendo já uma iniciativa parlamentar nesse sentido e tendo o PSD votado a favor da sua baixa à comissão respectiva, o Governo tenha pedido uma autorização legislativa a esta Assembleia nessa matéria. Penso que isso revela uma certa deselegância para com esta Assembleia.

Mais: o facto de o texto ser conhecido normalmente através da comunicação social e ainda não ter chegado à Assembleia da República demonstra o entendimento que neste campo o Governo tem quer da Assembleia da República quer do diálogo institucional.

Mais ainda: a formação da opinião que resulta do conhecimento amestrado desta proposta de lei que é dada à opinião pública resulta, em nosso entender, num claro défice democrático.

Em relação ao trabalho do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, pensamos que essa iniciativa do Governo foi positiva. Só que, no contacto que temos, todos os dias, com as escolas e os professores, as queixas continuam: não há apoios nem iniciativas e tudo continua, como de costume, no papel.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminamos, assim, o período de antes da ordem do dia.

Eram 18 horas e 35 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entramos agora no período da ordem do dia, do qual constam dois pontos diferenciados.

Passamos, assim, ao primeiro desses pontos, que consiste na discussão conjunta dos projectos de deliberação n.^{os} 9/VI, (PS) e 21/VI (PSD), ambos subordinados ao mesmo título «Elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e criação de uma comissão eventual com o objectivo de estudar as respectivas condições».

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. Fernando de Sousa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista decidiu apresentar este projecto de deliberação em ordem à elaboração de uma história do Parlamento Português desde a instauração do liberalismo em Portugal, por três razões fundamentais.

Em primeiro lugar, porque pensamos que as instituições do Estado, dentro das quais assume especial relevância a Assembleia da República, têm obrigação de dar a conhecer à sociedade a sua actividade presente, mas também o seu passado, a sua história, de forma a uma melhor compreensão, por parte do cidadão, da importância que tais instituições assumem e assumiram nos regimes democráticos.

Ora, o Parlamento Português constitui, desde 1820, o eixo fundamental em torno do qual girou a democracia em Portugal, não sendo possível, portanto, conhecer a história do Portugal contemporâneo sem se conhecer a sua história, a qual, diga-se desde já, está por fazer.

Curiosamente, foi durante o liberalismo oitocentista que surgiram as tentativas mais sérias para dar a conhecer a história do Parlamento e dos seus parlamentares, sem que, contudo, dessem origem a qualquer esforço

consistente no sentido do conhecimento global da vida parlamentar em qualquer período da sua história.

Em segundo lugar, porque pensamos, numa época em que, afanosamente, procurando recuperar o tempo perdido, assistimos por toda a parte a um grande esforço no sentido da preservação do nosso património cultural, que são instituições como a Assembleia da República que devem dar o exemplo no sentido da recuperação e inventariação do seu património documental, sob pena de tais cuidados nada mais serem que meras intenções formais que não assentam numa vontade séria de resolução de tão importantes problemas.

Ora, os arquivos da Assembleia da República, forçoso é reconhecê-lo, não estão preservados, não se encontram inventariados, resultando assim que a sua consulta seja uma autêntica aventura, sem ter-se a certeza se as fontes que procuramos fazem parte do seu espólio.

Não podemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, continuar a falar das questões do nosso património cultural e esquecermos, ou fingirmos esquecer, que o património documental da Assembleia da República continua a degradar-se, mantendo-se em péssimas condições de preservação.

Em terceiro lugar, porque se trata de reactivar tão-só um projecto válido, aprovado, por unanimidade, na anterior legislatura, e que merece todo o nosso respeito como projecto eminentemente cultural que é.

Nesta perspectiva, mais do que introduzirmos alterações ou inovações ao mesmo, procuramos, sobretudo, reassumi-lo praticamente na íntegra, uma vez que, não sendo a composição do Parlamento actual substancialmente diferente da sua composição na anterior legislatura, tivemos o cuidado de gerar as condições mínimas para que em volta deste projecto possa estabelecer-se o máximo consenso.

Pensamos, assim, não atrainhoarmos a filosofia que presidiu à elaboração da anterior iniciativa legislativa e, muito menos, deturpamos as funções da Assembleia da República na sua compreensão mais extensa, as quais devem assumir, cada vez mais, uma dimensão verdadeiramente cultural.

A Assembleia da República não deve ser confundida com a universidade ou com qualquer centro de investigação, mas, enquanto instituição-chave do nosso regime democrático, deve criar as condições indispensáveis para que possa estabelecer-se uma frutuosa colaboração com as universidades, centros de investigação e mesmo investigadores, a fim de o seu património documental ser preservado e a sua história conhecida.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o Partido Social-Democrata apresentou um projecto de deliberação, com vista à elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e a criação de uma comissão eventual com o objectivo de estudar as respectivas condições, dando continuidade a alguns aspectos de projectos de deliberação aprovados na anterior legislatura, em parte por iniciativa — e convém aqui ressaltá-lo — do então Sr. Deputado do Partido Socialista António Barreto, iniciativa que apoiámos e à qual consideramos indispensável dar continuidade.

Pensamos que a história do Parlamento é essencial para definir um dos aspectos da identidade da nossa democracia. A actividade parlamentar, o funcionamento do Parlamento, as suas relações internas e as suas relações com a sociedade são elementos essenciais da compreensão dessa identidade.

Não é possível compreender a história portuguesa dos séculos XIX e XX sem conhecer a história do Parlamento português em todo o seu brilho e em todas as suas vicissitudes.

Não temos, em Portugal, uma tradição de história parlamentar, como, em bom rigor, não temos uma tradição estabelecida — a não ser nos últimos anos — de história contemporânea.

Sabe-se até que ponto isso é uma sequela do regime anterior a 1974, que, por razões de autolegitimação e da sua própria interpretação da história, terminava a história contemporânea, quando muito, na Revolução Francesa. Os estudos posteriores a esta Revolução eram excepção no panorama académico e mesmo no panorama dos interesses na história contemporânea.

Dai resulta um atraso muito importante não só naquilo que é a elaboração do trabalho histórico, mas também na publicação de todos os documentos que são vitais para a realização dessa história: o *corpus* documental da nossa história contemporânea encontra-se disperso por vários arquivos; o próprio *corpus* documental da história desta Assembleia não se encontra ainda inventariado; não existem os trabalhos de base necessários para qualquer investigação profunda da nossa história contemporânea, encontrando-se por fazer bibliografias, dicionários biográficos e a publicação crítica de textos.

Pensamos que o Parlamento pode, ao estudar a sua própria história — e, associado ao estudo da sua própria história, ao valorizar o seu património documental —, contribuir para um melhor conhecimento dos Portugueses de si próprios e para um melhor conhecimento daquilo que é a identidade da democracia em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Da nossa parte votaremos favoravelmente as propostas de resolução em análise e pouco teríamos a acrescentar se não fosse uma observação interessante feita pelo Sr. Deputado Pacheco Pereira que merece da minha parte um registo.

Efectivamente, a questão do acervo documental da Assembleia da República talvez deva merecer, tanto por parte da Assembleia como dos Srs. Deputados, uma atenção específica.

Tem sucedido, ao longo deste tempo, não ter-se dado a diferente documentação — não por má-vontade ou má-fé, mas sim por ausência de adequadas normas — o tratamento que era devido e necessário.

Posso relatar uma experiência pessoal: tentei uma vez reconstituir o conjunto de propostas de alteração apresentadas em relação a determinada lei aprovada pela Assembleia da República numa legislatura anterior àquela em que fiz a pesquisa. Soube, então, que a diligência dos serviços para impedir uma acumulação excessiva de documentação tinha levado a eliminar, pura e simplesmente, esse conjunto de propostas de alteração que, também por

lapses diversos, não foi publicado no *Diário da Assembleia da República*.

Em relação a esse caso concreto não há, neste momento — sei que não há —, qualquer rasto de documentação.

O caso, que é um como qualquer outro, mostra a importância não só de fazer e escrever a história do Parlamento, mas também de garantir que a documentação da Assembleia tenha um adequado tratamento.

Muito tem sido feito, houve já tomadas de consciência em relação a este problema, mas creio que a chamada de atenção que aqui faço, aproveitando este debate, serve, pelo menos, para lembrar a todos os Srs. Deputados que uma história, para se fazer, exige documentação e que, para que no futuro possa fazer-se a história deste tempo, é preciso que a documentação que hoje produzimos seja devidamente salvaguardada.

Aplausos do PCP, do PSD, do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra para anunciar que o CDS também vai votar favoravelmente as resoluções em debate e dizer que, em nosso entender, estas resoluções não devem constituir apenas a retoma automática da deliberação aprovada na legislatura passada, mais exactamente em 1988, relativamente à qual a respectiva comissão estudou as condições de elaboração de uma história do Parlamento.

Foram aqui anunciadas muitas dificuldades quanto à elaboração dessa história, mas julgamos que, entretanto, foram dados alguns passos positivos para obstar às dificuldades já aqui enunciadas nas intervenções.

Tanto quanto julgo saber, neste momento, estamos em pleno processo de microfilmagem de todos os documentos que são inacessíveis a qualquer pessoa que queira consultá-los, nomeadamente os relativos ao século passado, e que, brevemente, serão postos à disposição de todas as entidades que se dediquem à tarefa de elaboração desta história, o que até agora não era possível.

Nestes termos, o CDS considera que estamos em condições de dar alguns passos em frente relativamente à tarefa já realizada.

Gostaria, ainda, de lembrar que em 1988 produziram-se aqui considerações que continuam actuais. Por exemplo, a necessidade de prestar uma homenagem à instituição parlamentar, à democracia e à nossa história; de divulgar não só a história da instituição parlamentar mas também a dos homens e das mulheres que a fizeram; de atender a que a história do Parlamento, a elaborar desde 1820 até aos dias de hoje, não deveria ser facciosa ou sectária, sob qualquer perspectiva, e incidir sob todos os períodos da história que medearam entre essa data e até hoje, mesmo aqueles em que a origem da composição parlamentar não foi democrática, e de atender a que essa história devesse ser feita por forma que ficasse garantida a pluralidade das interpretações, possibilitando aos Portugueses a busca da verdade sob a nossa história que, no decorrer dos anos, se foi reflectindo na história parlamentar.

Entendemos que estas considerações, então feitas, continuam actuais, porque o Parlamento necessita, porventura mais do que nunca, de dignificação e de trabalho pelo seu prestígio, a que nenhum parlamentar se deve furtar.

Com efeito, o Parlamento é património de todos os portugueses e a sua dignidade faz parte da dignificação do próprio regime democrático, porque ele é o próprio coração da democracia.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições respeitantes a este tema, dou por encerrado o debate.

Vamos passar à discussão conjunta dos projectos de resolução n.º 9/VI, apresentado pelo PS, e 10/VI, apresentado pelo PSD, relativos à criação de uma comissão eventual da reforma do Parlamento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é demais encarecer o objectivo da constituição desta comissão eventual de reforma do Parlamento, que o PS apresentou, tendo 15 dias depois sido secundado pelo PSD.

Esta comissão eventual tem como objectivo reformular o funcionamento do Parlamento enquanto instituição vital da democracia portuguesa. Por isso, é nosso intuito — e foi-o na sequência dos projectos que apresentámos — fazer que o Parlamento, em circunstância alguma, possa ser tido como uma câmara de eco do Governo, independentemente das maiorias parlamentares, e fazer que os Deputados não estejam dependentes de quem quer que seja ou possam ser tratados como uma vulgar direcção-geral.

Assim, temos a ideia de que ao reforçar o papel do parlamentar estamos a reformar e reforçar a democracia portuguesa e que ao reforçar o papel dos Deputados credibilizamos o funcionamento e a função de um titular de um órgão de soberania, pois o Parlamento e os deputados são titulares de um órgão de soberania e assim devem e têm de ser tratados pelos outros órgãos.

O projecto de resolução que apresentámos contém uma exigência e uma necessidade. Primeiro, que o Parlamento tenha a coragem, sobretudo a maioria que o integra, de ser radical nas propostas que estão em debate, pois cremos que o Parlamento só se prestigia se for capaz de ir até ao fundo na compreensão da crise em que se encontra.

De facto, a crise das instituições representativas é hoje um dado adquirido em toda a comunidade internacional e em toda a compreensão das instituições políticas; é uma crise de representação, de legitimação, de ausência de visibilidade dos seus actos, de eficácia e, em alguns domínios, também de credibilidade.

Neste sentido, e para aumentar a eficácia e a visibilidade do Parlamento, o PS apresentou um conjunto de projectos de alteração legislativa, que incidem sobre o Regimento da Assembleia da República, o Estatuto dos Deputados e a Lei Orgânica da Assembleia da República, propondo-se fazer desta Câmara e desta Casa uma instância suprema da actividade legislativa, da fiscalização política governativa e de instância do debate político.

Temos o intuito de fazer que o Governo, independentemente da vontade da maioria que o suporta, venha com regularidade à Assembleia da República para procedermos a debates de urgência.

Entendemos que o Governo deve vir aqui, mensalmente, prestar contas sobre a política geral que conduz, que devem ser reforçados os poderes das comissões especializadas e

que devem ser dados poderes e publicidade às comissões de inquérito.

Apresentamos, assim, projectos de alteração legislativa no sentido da publicitação dos interesses dos Deputados. Na sequência desta nossa proposta de abertura e funcionamento da comissão eventual da reforma parlamentar, iremos apresentar duas iniciativas legislativas que incidem basicamente sobre o reforço das regras da incompatibilidade dos Deputados.

Consideramos que tudo o que seja reforçar a isenção dos Deputados, estreitar a margem da sua dependência e reforçar a sua independência face ao Governo é um serviço fundamental que se presta à democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Entendemos, ainda, que devem ser explícitas as funções dos Deputados e, por isso, vamos apresentar um projecto de alteração legislativa no sentido do reforço e da garantia do direito de livre trânsito dos Deputados, não para reforçar e dar poderes ao uso de um determinado cartão de livre circulação ou de «deixar passar» mas, fundamentalmente, para garantir o direito de livre trânsito e acesso aos serviços da Administração Pública por parte dos Deputados.

A Assembleia da República tem o direito de fiscalizar a Administração Pública; os Deputados, sem perda do direito de funcionamento rigoroso dos serviços, têm o direito de acesso — tal como noutros serviços — aos serviços da Administração Pública.

É inaceitável que um vulgar director-geral ou que um qualquer funcionário público, seja a que nível for,...

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — ... ganhe mais do que um Deputado!

O Orador: — ... se oponha ao exercício da soberania por um titular de um órgão de soberania — um Deputado — quando ele formula o pedido de acesso aos serviços no exercício estrito das suas competências. Isto é inaceitável!

Este direito tem, pois, de ser regulado, pelo que o Partido Socialista fará uma proposta nesse sentido, obrigando a Administração a um dever de cooperação a que, ela, aliás, já hoje está sujeita. Não é por acaso que existe uma lei que criminaliza o não dever de cooperação pelos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos. É, pois, nesse sentido que vamos regular o direito de acesso e o dever de cooperação da Administração Pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O conjunto de iniciativas que vamos apresentar tem como objectivo reforçar a eficácia do Parlamento, credibilizá-lo, aproximá-lo dos cidadãos e dar-lhe maior visibilidade.

A constituição da comissão eventual da reforma parlamentar que preconizamos é uma exigência da democracia, do regime democrático, da modernidade do Parlamento e do aprofundamento democrático a que esta Casa e esta Assembleia está obrigada. Ora, votar contra a constituição de uma comissão eventual de reforma parlamentar é estar contra uma exigência democrática fundamental.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Amaral.

O Sr. Fernando Amaral (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em razão das responsabilidades que me foram cometidas pela direcção do meu grupo parlamentar, e que gostosamente assumi — com temeroso entusiasmo, é certo, e com fundados receios das limitações que me reconheço —, venho referir algumas considerações a propósito das resoluções que vamos apreciar e votar, relacionadas com a reforma do Parlamento.

O grupo de trabalho do PSD, a que tive a honra de presidir, produziu os textos que, em larga medida, dão resposta às preocupações que dominam o meu grupo parlamentar.

A sua oportuna e necessária iniciativa insere-se, aliás, no contexto da afirmação que se tem produzido por toda a Europa democrática, onde o pluralismo se manifesta como condição essencial à definição política das soluções dos muitos problemas que preenchem a vida das sociedades modernas.

Na verdade, por toda a Europa, correm ventos que despertam os políticos para a chamada «crise» dos parlamentos. A crise de que se fala — nesses parlamentos e nas instituições internacionais europeias — tem causas várias e distintas, acumuladas durante os últimos 50 anos. A rapidez e o desenvolvimento económico, o ritmo crescente do progresso social e cultural, a maior consciência política dos cidadãos, o melhor conhecimento dos direitos do homem, a instabilidade política do Centro e Leste europeus, etc., levantam exigências e suscitam problemas que impõem respostas rápidas, oportunas e justas.

É nesse contexto de apreensões que o meu grupo parlamentar e os demais que constituem este nosso Parlamento — estou disso convencido — se propõem encontrar, no panorama do nosso «direito parlamentar», as respostas mais adequadas que o Parlamento deve assumir para melhor poder corresponder às responsabilidades e funções que constitucional e legalmente lhe são cometidas.

A ansiedade dessa correspondência, nunca acabada nem definitiva — como é próprio da dinâmica de uma democracia, cada vez mais exigente —, tem aflorado por toda a Europa. Assim é que, ainda há poucos meses, o Sr. Presidente da República Italiana exortava o seu povo a «refundar a República e a reformar o parlamento».

Por outro lado, Michel Debré, na Assembleia Nacional francesa, avançava com a necessidade de renovar o regime parlamentar e o conhecido «Grupo dos Doze» e propunha, há cerca de dois meses, a renovação do regimento da referida Assembleia.

Também o Sr. Prof. Barbosa de Melo, nosso distinto e respeitado Presidente, em entrevista concedida a um jornal, denunciava a pouca maleabilidade do Regimento para ser possível uma maior eficácia parlamentar.

Ainda nesta ambiência de preocupação instalada, o Conselho da Europa organizou uma conferência sobre a democracia parlamentar e promoveu, através das respectivas comissões, a elaboração de relatórios que têm por objecto a análise das questões que respeitam ao processo da iniciativa legislativa, da capacidade de fiscalizações parlamentares e ao estatuto dos Deputados.

É notório que se reconheça que há um défice democrático por toda a Europa, na medida em que a maioria dos parlamentos europeus sofre uma influência governamental tão grande que a sua actividade está como que subordinada aos interesses e objectivos dos executivos.

Na verdade, na maioria das democracias europeias, a actividade parlamentar é, em grande medida, dominada

pelo Governo. É ele que tem uma palavra decisiva, ou quase exclusiva, na fixação da ordem do dia e as leis aprovadas no Parlamento são, na sua assustadora maioria, de origem governamental.

Porém, entre nós, o predomínio do Executivo na Assembleia da República é, em termos comparativos, menos importante do que noutras democracias europeias.

Por isso, pensamos que a Assembleia da República não sofre daquele défice democrático com o mesmo peso e densidade que se constata em outros parlamentos europeus. Honra seja prestada aos Deputados constituintes, que souberam dar à nossa Constituição uma harmoniosa arquitectura quanto ao exercício e afirmação dos poderes dos órgãos de soberania; honra seja prestada ao Parlamento, que, pelos seus Deputados, elaborou e tem actualizado um regimento que, entre os demais, constitui um diploma de mérito.

No entanto, a par de deficiências que a experiência vem denunciando, importa referir que esta reforma não é obra perfeita, como, aliás, o não será nunca, como qualquer outro diploma que pretenda traduzir e regulamentar os modos e termos do desenvolvimento democrático. Este tem sempre uma função progressiva e dinâmica que tende a ultrapassar formas estratificadas.

Na verdade, o direito parlamentar é um direito muito flexível, onde não cabem classificações rígidas. Por isso, em nossa opinião, não é aconselhável tipificar ou catalogar uma ou outra instituição numa categoria exclusiva, pois, na realidade, todas as actividades que se desenvolvem no Parlamento têm um carácter instrumental, qual seja o de servir ao foro do debate político que constitui a essência da instituição parlamentar.

Foi nessa visão que, em equipa, produzimos o trabalho que nos fora cometido e que já foi presente à direcção do meu grupo parlamentar.

Foi com a maior satisfação que anotei o acolhimento que a direcção do meu grupo parlamentar acaba de dispensar às propostas que apresentámos, enriquecidas, aliás, pelo contributo que deu à melhoria do correspondente texto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pelas atitudes assumidas, face ao trabalho produzido, congratulo-me com a abertura manifestada na linha do pensamento que vimos definindo. O meu grupo parlamentar terá ainda de pronunciar-se sobre as referidas propostas para que elas se tornem definitivas e possam ser submetidas à consideração dos meus caros colegas.

É para esse efeito que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta o projecto de resolução n.º 10/VI, para a constituição de uma comissão eventual que tenha por objecto a reforma do Parlamento.

Penso que a respectiva justificação de motivos é suficientemente clara, ainda que não exaustiva, para justificar o vosso voto de concordância.

São já do meu conhecimento vários projectos de alteração ao Regimento e às leis das comissões de inquérito apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS e do PCP. São contributos não dispiciendo que haverão de merecer, por parte daquela comissão e do vosso oportuno juízo, as considerações de mérito que suscitarem. Mas é do confronto das propostas que apresentaremos e das que já foram presentes à Mesa que haverão de resultar as soluções ajustadas às preocupações que nos movem.

Trata-se de um problema de interesse nacional que se não compadece com paixões partidárias. Estou em condições de dar testemunho da consciência dessa responsabilidade por parte do meu partido e nela se insere o desejo de dialogar com os demais grupos parlamentares, para que todos possamos dar resposta correcta às questões que a ambiência política, na conjuntura, levanta. É com espírito de abertura e de proclamada boa fé que o meu grupo parlamentar dará o seu contributo na empresa da reforma do Parlamento.

Sei e sinto, pela experiência vivida, que idêntico propósito animará as restantes bancadas, o que, aliás, acaba aqui de ser testemunhado pelo Sr. Deputado Alberto Martins. Mas o êxito de tal reforma, que não terá o rótulo deste ou daquele partido, será o somatório da inteligência e vontade políticas que a todos anima.

Dado o adiantado processo das propostas já apresentadas e das anteriormente referidas, que são, de per si, a prova provada de que cada grupo parlamentar conhece bem as deficiências e as lacunas que ditam a necessidade da reforma desejada, pensamos que já se não torna necessário que se proceda ao levantamento daquelas, como pretende o Partido Socialista.

Pela consciência que delas temos, penso que deverá ser dispensada a criação de uma comissão eventual que tenha por finalidade esse objecto, aliás, proposto pelo Grupo Parlamentar do PS. O que se impõe, segundo pensamos, não é já o levantamento e análise daquelas insuficiências, criando uma comissão eventual para esse efeito, por isso entendo que o projecto de resolução apresentado pelo PS já não terá grande razão de ser. De resto, como o projecto apresentado pelo PSD subsume aquela preocupação e entra, desde logo, na sua solução prática, penso que é esta que deverá merecer o voto favorável da Assembleia, porque o tempo urge.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que o que se pode dizer acerca deste debate é que ele sublinha que chegámos, sem qualquer dramatismo, àquilo que devia ser feito, isto é, à constituição de uma comissão destinada a apreciar os projectos de lei, de resolução ou de deliberação que tenham a ver com a matéria do funcionamento do Parlamento.

Entendeu-se dar a essa comissão o nome de comissão de reforma parlamentar ou para a reforma do Parlamento, mas creio que é importante sublinhar que, se é necessária uma reforma, não basta chamar-lhe isso para que ela seja feita, é preciso ainda que essa reforma seja a necessária e que corresponda aos interesses da instituição parlamentar, como espaço de debate político e como órgão de fiscalização da acção do Governo. Se a reforma do Parlamento conduzir a um objectivo inverso a este, naturalmente que não teremos uma reforma adequada mas, sim, inadequada.

Portanto, não é o facto — e é isto que quero sublinhar — de se utilizar um certo nome ou um epíteto que dá credibilidade, rigor e consistência ao programa que se pretende realizar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Creio que esta comissão vai ser chamada a apreciar alguns documentos muito importantes, mas quero chamar a vossa especial atenção para um documento que é da iniciativa do meu grupo parlamentar. Trata-se de uma questão central no que toca ao espaço de competência da Assembleia da República. Ora, esse espaço de competência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está a ser sistematicamente invadido pelo jogo que existe, actualmente, no processo de aprovação de normas comunitárias.

Essas normas comunitárias são, muitas vezes, normas da competência reservada do Parlamento, mas o que se passa é que é o Governo que conduz a negociação, sem consulta ao Parlamento, é o Governo que subscrive o documento e depois, até reclamando urgência, pede à Assembleia que, no exercício da sua competência própria, aprove o que já está negociado e acordado, o que, tratando-se de matérias relativas à vida política internacional, se torna muito difícil de alterar.

Em minha opinião, há que mudar este procedimento por forma a possibilitar a intervenção atempada da Assembleia no processo negocial,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... que deve ser particularmente cuidada e garantida sempre que se trate de matérias da competência reservada da Assembleia.

Deste modo, o projecto de lei por nós apresentado será acompanhado posteriormente por outras iniciativas legislativas e chamamos a atenção da Câmara para este facto porque falar de défice — embora o défice seja sempre relativo —, no que toca à Assembleia da República, sem acentuar este ponto é não considerar esta componente como determinante do que é a vida da Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Há outras iniciativas relevantes e não quero deixar de chamar a atenção para uma, que foi também apresentada pelo meu grupo parlamentar, relativa às incompatibilidades dos Deputados.

Entendo que não é legítimo falar da independência dos Deputados e manter a situação de haver Deputados que exerçam cargos, mesmo que gratuitos ou a título transitório, de nomeação governamental e, portanto, sob a direcção do Governo. Isto não é aceitável! Não é aceitável que um Deputado, a quem se quer garantir condições para o exercício de um mandato que é extremamente importante no que toca à fiscalização dos actos do Governo, esteja depois a exercer uma função em nome do Governo, mesmo que a título gratuito e transitório. Este regime deve terminar, embora saiba que isso possa levantar algumas dúvidas pessoais, visto alguns Srs. Deputados poderem achar que o regime não seria conveniente do ponto de vista pessoal, mas certamente concordarão que, do ponto de vista da instituição, é uma deliberação essencial a ser tomada.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em minha opinião, a questão central que sempre se colocará é a de saber se, neste processo, garantimos que o Plenário da Assembleia permaneça como um espaço privilegiado do debate político que atravessa o País, até porque o País não é um mar de consensos e a Assembleia da República, que

representa as diferentes opções do eleitorado, deve reflectir os confrontos e as contradições da sociedade portuguesa, que aqui devem ser expressas no debate político, através das formas regimentais adequadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Aqui, em sede de Plenário, matar o debate político em Plenário é matar uma componente decisiva do trabalho político da Assembleia da República!

Creio que é preciso garantir essa função essencial do Parlamento, sob pena de subvertermos completamente aquilo que, em princípio, se pretende atingir, correndo-se o risco de transformar esta Câmara num Parlamento oculto, que não poderá interessar ao País e à vida política nacional. Queremos um Parlamento aberto, com debate político, com autenticidade — veja-se, por exemplo, que as sessões de perguntas ao Governo hoje não a têm —, com um debate que permita ao País entender melhor, de uma forma mais profunda, a raiz das diferentes opções políticas, por forma a ficar mais apto para optar, em qualquer momento, de acordo com os seus interesses e com as propostas políticas apresentadas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos votar a favor a constituição de uma comissão eventual para a reforma do Parlamento e acompanhar todos os seus trabalhos sem reservas, formulando, no entanto, algumas cautelas, que servirão, dentro das nossas capacidades de actuação, para tentar impedir qualquer tentativa de transformar uma reforma parlamentar em algo que constitua uma diminuição do efectivo poder de fiscalização da actuação do Executivo, o que nunca se poderá fazer através de uma reforma parlamentar, porque «mexeria» nas fronteiras do poder político reservado ao Governo e à Assembleia da República e deveria ter lugar em outra sede.

Entendemos até, pelo contrário, que em tempos de domínio do Executivo na prática política de um determinado país, neste caso o nosso, se deve, nesse preciso momento, trabalhar para um reforço dos poderes de fiscalização da Assembleia.

Com efeito, há reformas a fazer, nomeadamente a do Parlamento, no sentido de o prestigiar junto da opinião pública portuguesa. No entanto, há que fazer esse trabalho sem cedências, sem transformar o Parlamento num qualquer departamento «funcionalizado», o que satisfaria, porventura, algumas mentes mais retrógradas e exaltadas e que, nesse pendor antiparlamentar, esconderia uma corrente de opinião antidemocrática e, quem sabe, contra o próprio sistema pluripartidário.

Haverá que aperfeiçoar, por exemplo, o instituto das perguntas ao Governo. Convirá não permitir, nunca mais, que o Governo se negue a dar respostas a um partido, em Plenário, como acontece neste momento. Quem não conhece exactamente os mecanismos deste instituto poderia pensar, por exemplo, que o CDS não faz perguntas ao Governo; ora, o que acontece é que o Governo decide, ou

tem decidido, não responder, em Plenário, às perguntas formuladas pelo CDS e é preciso não permitir mais isso.

Haverá que reformar, por exemplo, a Lei Orgânica da Assembleia da República, de forma a melhorar as suas condições de funcionamento, nomeadamente o apoio à actuação dos Deputados e das comissões.

Haverá, ainda, outras reformas a fazer, mas é no sentido e com as cautelas que inicialmente formulei que o CDS vai votar favoravelmente a constituição dessa comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há mais pedidos de intervenção sobre este ponto da ordem do dia, pelo que a esgotámos, uma vez que, por falta de consenso, não podemos proceder à votação destes projectos de resolução.

Assim e porque há pouco já aludi ao pequeno número, infelizmente para nós, de palmas femininas para apoiarem a nossa condição de pais, que é a da maioria dos presentes — facto já lembrado, e muito bem, pelo Sr. Deputado José Lello —, desejo que, em nossas casas, os nossos filhos, dirigidos pelas nossas queridas esposas, tenham um bom jantar à nossa espera.

Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar na terça-feira e da ordem do dia constará uma interpelação ao Governo — a interpelação n.º 3/VI, apresentada pelo PCP.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Paulo Coelho.
José Ângelo Correia.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Maria Margarida de Sousa.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:


Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Cecília Pita Catarino.
Fernando Cardoso Ferreira.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Helena Torres Marques.
Raul Fernando Costa Brito.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS 108\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex